



ST: SUJEITO E ESPAÇO: O SERTÃO SOB A PERSPECTIVA DA MOBILIDADE ESPACIAL

Coordenador:

**Mario Sélvio Ferreira de Brito
(Doutorando do PPGH – UFRN)**

Sertões das lutas, das sesmarias, do gado, da fé, mas também dos indígenas, do preto, do branco, do pardo e dos laços matrimoniais. Os sertões da(s) Maria(s) e do(s) Francisco(s), de naturalidades diversas, nos faz refletir sobre as idas e vindas desses sujeitos que se tornaram mecanismos modeladores para entender o sertão como lugar de identidades, memórias e forma. Assim, o presente simpósio tem como objetivo, analisar e discutir o sertão da América Portuguesa focando na mobilidade espacial dos sujeitos ao longo dos séculos. Destarte, abre-se o espaço para os pesquisadores apresentarem suas pesquisas (concluídas ou em processo de conclusão) que analisam essa temática. Assim, é de interesse deste simpósio, estudos que tratem da dinâmica espacial dos sujeitos, trajetórias, estudo de cartografia que leve em consideração a mobilidade espacial, fontes e metodologias que contribuam para tal discussão; além de outros estudos que estejam ligados a essa proposta.

NOTAS PRELIMINARES SOBRE A PRESENÇA DE PESSOAS CABRAS NA TERRITORIALIZAÇÃO DOS SERTÕES (RIBEIRA DO SERIDÓ, SÉCULOS XVIII-XIX)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
E-mail: helder.macedo@ufrn.br

Resumo: O processo de conquista e colonização da Ribeira do Seridó, decorrido entre o século XVII e seguinte, tem sido estudado, tomando como foco o fenômeno das mestiçagens, pelos trabalhos de Muirakytan Macêdo, Helder Macedo, Maiara Araújo, Alda Medeiros e Matheus Santos. O texto apresenta resultados preliminares de um levantamento, pautado em fontes eclesiásticas (séculos XVIII-XIX), analisadas pelo Método Indiciário, Método Onomástico e História Quantitativa, que busca demonstrar a territorialização desse espaço por meio da ação de alguns dos sujeitos praticantes, ainda não estudados suficientemente, as pessoas qualificadas como “cabras”, a maioria delas, escravizada. A tentativa é a de demonstrar o perfil dos homens e mulheres cabras, que se casaram no território religioso do Seridó, entre os anos de 1788 a 1834, problematizando a formação de suas famílias, considerando essas ações importantes vetores da territorialização dessa ribeira.

Palavras-chave: cabras; Ribeira do Seridó; mestiçagens; territorialização; História dos Sertões.

Introdução

Os estudos que venho conduzindo, nos últimos anos, têm se focado na análise de vivências de populações sertanejas circunscritas à Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do



Seridó, a qual foi criada em 1748, desmembrada do Curato de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Em sua extensão máxima, até o ano de 1788, a Freguesia do Seridó era composta de porções territoriais por onde passava o curso do rio Seridó e seus diversos afluentes, em território das antigas Capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte. A sede dessa cartografia da fé era a antiga Povoação do Caicó (ou do Seridó, em documentos coevos), que foi elevada a vila em 1788, com o título de Vila Nova do Príncipe (hoje, Caicó-RN) (Macedo, 2011; 2020).

Interessa-me tanto estudar o processo de territorialização dessa freguesia, quanto as mestiçagens que aconteceram entre os diversos tipos de indivíduos e grupos sociais que se localizaram nos sertões do Rio Grande do Norte a partir do século XVIII. Entendo o território como sendo formado a partir do espaço, resultante de uma ação conduzida por um determinado ator ou grupo social em qualquer nível, uma apropriação que leva à territorialização do espaço, a partir de relações de poder (Raffestin, 1993); relações de poder projetadas no espaço, espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial (Souza, 2009).

A proposta que adoto é a de pensar a territorialização colonial dos sertões como um fenômeno que deve levar em conta todos os seus agentes produtores, desde aqueles ligados ao gerenciamento político do território (vigários, capitães-mores, juízes ordinários, vereadores, por exemplo) até aqueles ligados ao mundo do trabalho (livre e escravo) e que deixaram suas marcas no cotidiano das fazendas. Pensar a territorialização dos sertões, assim, a partir de vários prismas.

Assim, tenho me questionado sobre como pessoas não-brancas (cabras, pardos, mulatos, curibocas, caboclos, mamelucos, “africanos”, crioulos, “índios”) participaram do processo de territorialização do espaço desse sertão específico, o do Seridó, cuja administração religiosa estava ligada diretamente aos contornos da Freguesia dedicada à Sant’Ana. Particularmente, neste texto, exponho resultados preliminares de uma verticalização da pesquisa em torno das pessoas que foram qualificadas, nos registros de época, como “cabras”. Em outras palavras, o objetivo é investigar o perfil de homens e mulheres cabras que casaram religiosamente na Freguesia do Seridó, entre 1788 e 1834, bem como, de seus descendentes.

Esse objetivo parte do contato com as fontes, que serão discutidas posteriormente, mas, também, do diálogo com dois nichos historiográficos. O primeiro, de estudos que vêm sendo feitos, desde os anos de 1980, especificamente sobre a formação sócio-histórica do Seridó e o



papel de pessoas não-brancas nesse processo. Alguns desses trabalhos direcionaram-se para a compreensão de como a atual região do Seridó foi constituída historicamente: Muirakytan Macêdo (1998) analisou as narrativas de intelectuais sertanejos que contribuíram para a proclamação de uma região específica do Rio Grande do Norte, o Seridó; Ione Moraes (2005), por seu turno, estudou os processos socioespaciais que contribuíram para a tessitura do que é o Seridó, problematizando a sua atual configuração como uma geografia da resistência; e Isac Medeiros (2020), que investigou a origem e expansão da Freguesia do Seridó como parte integrante do processo de cristianização do espaço dos sertões.

Os outros trabalhos dedicaram-se a investigar temas ligados às populações sertanejas do Seridó em contextos espaciais e temporais diversos, a saber: a pobreza como impedimento para o desenvolvimento socioeconômico na Vila/Cidade do Príncipe entre 1850-1890 (Mattos, 1985); escravidão negra no período colonial e imperial e a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos (Borges, 2000); populações indígenas existentes na freguesia em contato com outros indivíduos e grupos sociais entre os séculos XVIII e XIX (Macedo, 2007); e história da família na ribeira, no século XVIII, explorando as relações entre o patrimônio e o cotidiano sertanejo (Macêdo, 2007).

Ainda dentro desse bloco de trabalhos ligados ao Seridó, uma parcela mais recente dedicou suas atenções, especificamente, a assuntos ligados ao fenômeno das mestiçagens: Helder Macedo (2013) estudou genealogias mestiças, com ancestrais pretos, crioulos e pardos; Maiara Araújo (2019) examinou a participação de mestiços na administração militar, com ênfase naqueles que residiram na ribeira entre os séculos XVII, XVIII e XIX; Alda Medeiros (2022) perscrutou a presença de mulheres não brancas (índias, africanas, pretas, negras, mamalucas, cabras, crioulas, mulatas, mestiças e pardas) e a construção de representações sobre suas qualidades na documentação de época; e Matheus Santos (2022), que pesquisou representações sobre pessoas não brancas na Data do Totoró e adjacências. Todos os estudos citados nos dois últimos parágrafos referiram-se a existências de pessoas qualificadas como cabras no Seridó, todavia, sem terem aprofundado o tema em função dos próprios objetivos a que estavam destinados.

O segundo nicho historiográfico com que esse nosso texto dialoga é o de investigações que tomaram como enfoque, no todo, ou em partes, a história das pessoas cabras.



Evidentemente, não estou apresentando um levantamento exaustivo dessa historiografia, mas, tão somente, exemplos pontuais que fundamentaram a pesquisa. Inicialmente, o trabalho de Maria Leônia Resende (2003) tratou da trajetória e vivência de indígenas e seus descendentes em vilas e lugarejos de Minas Gerais no século XVIII. Nele, a autora discute que, dentre os “índios coloniais”, alguns de seus filhos foram referidos, em fontes oficiais, como cabras ou “cabras da terra”, com a ressalva de que, em alguns casos, fazia-se referência ao passado indígena por meio da menção a categorias como “carijó” ou “gentio da terra”.

Voltando suas atenções para os sertões do Ceará, Ana Sara Cortez Irffi (2015), em sua tese de doutorado, investiga como a palavra “cabra” transformou-se em um conceito no decurso do Oitocentos, especificamente no Cariri, associando o seu uso, de forma pejorativa, como categoria social, para trabalhadores não brancos, fossem livres, libertos ou escravos. Segundo a autora, na segunda metade do século XIX, o termo cabra deixou de designar, apenas, pessoas, pelo critério étnico, fosse de ancestralidade indígena ou mesmo misturada com aqueles provenientes de África. No bojo das discussões sobre a construção do perfil do cidadão nacional, bem como, no contexto do apego aos discursos cientificistas sobre a população, esse termo – cabra – passou a distinguir, principalmente, pessoas pobres, despossuídas, de tez escura e que foram arregimentadas, pelos senhores de terra do Cariri, como mão-de-obra para o trabalho e para guerras.

Por fim, o estudo de Márcia Amantino (2016), que é parte integrante do livro *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens*, tem como objetivo mapear o uso do termo cabra pelas populações coloniais para designar pessoas provenientes da mistura entre índios e negros e como esta classificação foi mudando ao longo do tempo. Com base em fontes de época e resultados de pesquisas de historiadores desenvolvidas em diversas partes do Brasil, Amantino considera, como ponto de partida para se pensar a questão, que, até a primeira metade do século XVIII, o termo cabra poderia designar pessoas misturadas, com ancestrais indígenas e/ou negros. Da segunda metade desse século em diante, é possível que o termo cada vez mais se referisse a mestiços provenientes de pessoas negras em suas interações com outras pessoas já misturadas (também com ancestralidade negra, como mulatos ou pardos).



Segundo Marcia Amantino (2016), a qualidade de cabra, diferenciada da de “pardo” e de “mulato”, precisa ser considerada como um dos designativos de menor valor hierárquico nas sociedades ibero-americanas. Embora os resultados das interações entre índios e negros ou destes últimos – fossem crioulos ou africanos – com mulatos e pardos recebessem, nos documentos oficiais, diversas denominações, quando evocada a palavra “cabra”, quase sempre, estava ligada a ideia de pessoa de baixa categoria.

Feita a síntese do balanço historiográfico, exponho, a seguir, o caminho teórico-metodológico da investigação. Inicialmente, fiz a consulta a bancos de dados, produzidos no *software Microsoft Access*, relativos a 10 livros de assento paroquial da Freguesia do Seridó: Casamentos, de 1788-1809; 1809-1821 e 1821-1834; Batizados, de 1803-1806; 1814-1818; 1818-1822 e 1825-1831; e, Óbitos, de 1788-1811; 1812-1838 e 1838-1857. Eventualmente, para conferir ou checar informações já indexadas, recorreremos a fotografias dos originais desses livros, que estão depositados na Casa Paroquial São Joaquim (Caicó-RN) ou de microfimes disponíveis no site *Family Search* (<https://www.familysearch.org/>).

Essa consulta teve, como fonte de primeira mão, o conjunto dos livros de casamento da freguesia, atrelada ao objetivo da pesquisa, de traçar um perfil dos homens e mulheres cabras que tiveram o seu casamento oficializado no Seridó entre 1788 e 1834, balizas temporais relativas aos assentos matrimoniais. A busca da qualidade de cabra foi feita, desse modo, a partir dos casamentos, que foram cruzados com os batizados e os óbitos. A inspiração para essa busca está no Método Indiciário (Ginzburg, 1989) e no Método Onomástico (Ginzburg; Poni, 1989). Os conceitos de qualidade e condição estão sendo mobilizados a partir da problematização feita por Eduardo França Paiva (2015).

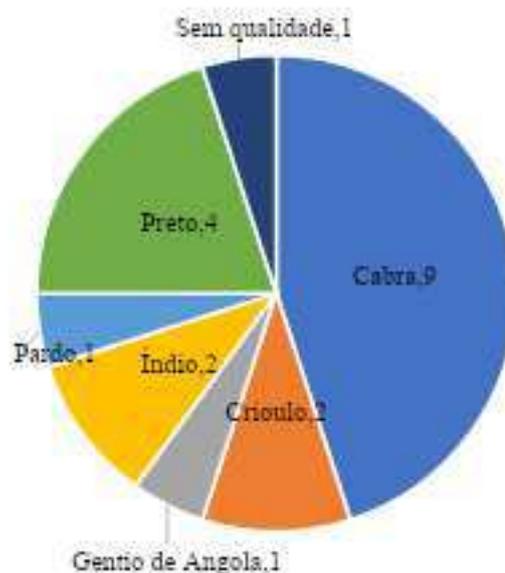
A elaboração do perfil das pessoas cabras foi feita, também, com o concurso da História Quantitativa (Furet, 1976). Após a consulta e análise, o perfil foi elaborado a partir dos seguintes critérios: qualidades e condições dos noivos e noivas; nomes, sobrenomes, filiações e senhorio (no caso das pessoas escravizadas); distribuição espacial dos casamentos; qualidades dos descendentes. Passo, agora, a expor os resultados preliminares.

Cabras no Seridó: um perfil dos noivos e noivas (1788-1834)

Os bancos de dados relativos aos livros paroquiais de casamento da freguesia registram 1.691 cerimônias de união, no Seridó, entre os anos de 1788 a 1834. Dentro desse recorte, encontrei 20 casamentos, entre os anos de 1797 a 1833, onde o noivo ou a noiva foram pessoas expressamente qualificadas, pelo sacerdote que fez o registro, como cabras. Em apenas um desses assentos a qualidade de cabra aparece no espaço ao lado do registro, onde, geralmente, se colocavam averbações. As análises, portanto, tomam como centro esse conjunto específico de 20 casamentos envolvendo pessoas cabras.

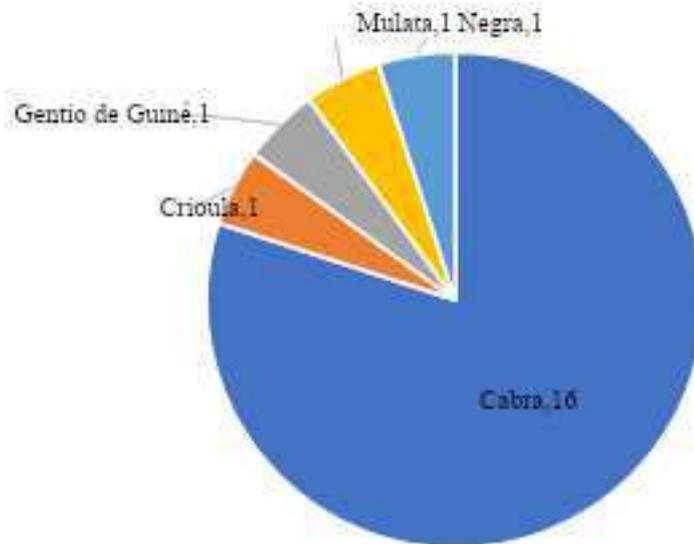
O primeiro critério de análise é aquele ligado às qualidades e condições dos nubentes, conforme gráficos abaixo. Inicialmente, já é possível notar que, nos casamentos envolvendo cabras, o número de homens é inferior ao de mulheres. Há, portanto, mais mulheres cabras (16) casando que homens (9), na freguesia, no período estudado. A grande maioria dos casamentos, 10, no total, ocorreu entre cabras e pessoas “africanas” (Angola, Guiné e pretos/negros) e crioulas; seguidos de 5 casamentos entre cabras; 2 entre cabras e indígenas; e 2 entre cabras e mestiços (pardo e mulato). Um dos casamentos envolveu um homem forro, sem identificação da qualidade, e uma mulher cabra.

Gráfico 1 – Perfil dos noivos em casamentos envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1797-1833) por qualidade



Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1834). Universo amostral: 20 celebrações.

Gráfico 2 – Perfil das noivas em casamentos envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1797-1833) por qualidade



Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1834). Universo amostral: 20 celebrações.

No que diz respeito às condições jurídicas dessas pessoas, os 9 noivos cabras foram descritos como escravos nos assentos matrimoniais. Em se tratando das 16 noivas, 12 eram escravas, 02 foram registradas como forras e as outras duas não tiveram sua condição aposta (seriam, portanto, livres?). Em relação às parceiras dos noivos cabras, excetuando as mulheres de mesma qualidade, todas eram escravas. Já em relação aos parceiros das noivas cabras, sem contar com os noivos de mesma qualidade, a maioria estava em processo de escravização (8), 1 era forro e 2, os indígenas, presumivelmente, livres.

Pelo segundo critério de análise, que destacou nomes, sobrenomes, filiação e senhorio, aferi que, para as 25 pessoas qualificadas como cabras (homens e mulheres), nos casamentos, pode-se falar de 4 situações específicas. A primeira, em que 17 pessoas tiveram informados, no assento de matrimônio, apenas o seu prenome, junto com o nome completo do senhor ou senhora a quem serviam. É o caso de Rita, Domiciana, Joana, Vicência, Ana, André, Francisco, Inácio, Severina, Joana, Tomázia, Ana, Teodósio, Joaquina, Luiz, João e Antonia. Tomando-se, para exemplificação, o casamento que ocorreu na Matriz do Seridó em 24/02/1797, o qual



teve como noivos Antonio, pardo, escravo de Ventura Fernandes e Rita, cabra, escrava de Luiz Teixeira da Fonseca.

A segunda situação é aquela em que 4 pessoas cabras tiveram registrado, no termo de casamento, o prenome e sobrenome, com a respectiva filiação: André Cordeiro (filho legítimo de Leandro Cordeiro e Damázia Maria), que casou em 1801, na mesma matriz já mencionada, com Teodora Maria (filha legítima de Valério Dias e Joana Maria), ambos, cabras; Ângela Maria da Silva, cabra, forra, filha natural de Antonio da Rocha e Engrácia Maria, que casou, em 1803, na referida matriz, com Carlos, preto, escravo de Miguel Pinheiro; e Joaquina Maria da Conceição, cabra, filha natural de Maria dos Prazeres, que casou em 1814, na Capela de Santa Ana dos Currais Novos, com o índio Manuel Acioli do Nascimento, filho natural de Leonor Maria.

Sobre a terceira situação, trata-se daquela em que 3 pessoas tiveram o prenome e sobrenome registrados, acompanhados do nome do senhor ou senhora, antigo ou atual, a depender do contexto. Refiro-me a João Tavares, cabra, que casou, em 1805, na Matriz do Seridó, com Vicência, cabra, ambos escravos de Félix Gomes Pequeno; a João Januário, cabra, escravo do padre José Antonio de Mesquita, que casou, em 1806, na Matriz do Seridó, com Felícia Rosa, cabra, escrava de Ana Teresa de Jesus. A quarta e última situação refere-se a Maria da Conceição, cabra, filha de Ana Tereza, que casou, na Capela de Santa Ana dos Currais Novos, em 1817, com o índio Damázio Pereira, filho natural de Josefa Maria. Nessa ocasião, Maria da Conceição foi declarada liberta de Manuel José Lisboa. O registro, pois, referiu-se ao seu prenome e sobrenome, filiação, e antigo senhor.

O terceiro critério de análise refere-se ao perfil da distribuição espacial dos rituais. O interesse, aqui, era de, nesse momento inicial, verificar onde as pessoas cabras estavam fazendo os seus ritos de matrimônio. Dos 20 casamentos assinalados, 15 foram realizados na área de influência direta da Matriz do Seridó, sede da freguesia, sendo 14 no próprio templo e 1 na fazenda Inez. Os outros 5 foram realizados na área de influência direta da Capela de Nossa Senhora da Guia, filial da Matriz do Seridó, sendo 1 na referida capela (situada na Povoação do Acari), 2 na Capela de Santa Ana (situada na Povoação dos Currais Novos), 1 na fazenda Flores e outro na fazenda Remédio.



Por fim, o quarto critério de análise tem haver com as qualidades dos descendentes das pessoas cabras cujos casamentos foram mapeados – na impossibilidade, nesse primeiro momento, de conseguir aferir a ascendência dessas pessoas. Após o cruzamento dos dados dos casamentos com os livros de assento de batizado e óbito, detectei a presença de descendentes em 8 trajetórias de famílias parentais, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Trajetórias de famílias parentais envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1788-1857)

Nº	Pai, qualidade e condição*	Mãe, qualidade e condição*	Filhos, quantidades e qualidades
1	Antonio, pardo, esc	Rita, cabra, esc	3 (1 pardo e 2 s/qualid)
2	Antonio Manuel dos Santos, forro	Domiciana, cabra, esc	2 (sem qualidade)
3	Pedro, preto do Gêntio de Angola, esc	Joana, cabra, esc	1 (preto)
4	João Tavares, cabra, esc	Vicência, cabra, esc	2 (1 s/qualid e 1 N.C.)
5	João, gentio da Guiné, esc	Severina, cabra, esc	1 (N.C.)
6	Fidélis, crioulo, esc	Joana, cabra, esc	1 (N.C.)
7	Francisco, crioulo, esc	Ana, cabra, esc	7 (5 N.C. e 2 P.C.)
8	Damázio, índio	Maria da Conceição, cabra, lib	2 (P)

Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de assento paroquial da Freguesia do Seridó (1788-1857). Legendas: * Qualidade e condição no ato do casamento; Qualid = qualidade; Esc = escravo ou escrava; Lib = liberta; S/qualid = sem qualidade identificada; N.C. = é provável que fosse “negro cativo” ou “negro crioulo”; P = é provável que fosse “pardo” ou ainda “preto”; P.C.: = é provável que fosse “pardo cativo” ou “preto cativo” ou ainda “preto crioulo”. Todos esses prováveis significados alertam para o cuidado que se deve ter com essas letras usadas pelos sacerdotes para qualificar os seus fregueses, as quais devem ser analisadas a partir do contexto do registro e de quem as mobilizou.

Nessas trajetórias rastreadas a partir do Método Indiciário e do Método Onomástico, é notório que a grande maioria dos núcleos familiares estão atravessados pela escravidão, gerando, portanto, num primeiro momento, descendentes ainda sob a égide do cativo. Com o avançar da pesquisa, à medida que esses dados forem cruzados com documentação judicial, como inventários *post-mortem* e cartas de alforria, será admissível esmiuçar melhor as descendências de pessoas cabras no Seridó.

Considerações não-finais



Face aos resultados anteriormente apresentados, é possível inferir que, sob o olhar da Igreja Católica, pessoas cabras foram registradas em 20 casamentos nos livros de assento paroquial na Freguesia do Seridó, na ribeira de mesmo nome, entre 1797 e 1833.

Em relação às qualidades desses casamentos, predominou a presença de cabras, expressiva, entre os homens (9/20) e majoritária entre as mulheres (16/20). No que tange à condição jurídica, os homens cabras eram todos escravos. Dentre as mulheres, a maioria era escrava (9/16), sendo, as demais, forras (2/20) e, provavelmente, livres (2/20). Esse resultado dialoga e confirma, em parte, situações já apontadas pela historiografia (Cortez, 2015; Amantino, 2016), em que a grande parte das pessoas qualificadas como cabras, no Brasil, tiveram, em algum momento de sua existência, ligação com o mundo do trabalho, especificamente, a escravidão.

De 25 pessoas qualificadas como cabras, que estão assinaladas nos 20 casamentos registrados nos livros da Freguesia do Seridó, 17 tiveram, apenas, assentado nos livros, o prenome, junto do nome completo do senhor ou senhora, caracterizando a despersonalização da identidade das pessoas promovida pela escravidão. Outras situações detectadas foram as seguintes: 4 pessoas tiveram o prenome e sobrenome, com filiação, registrados; 3 tiveram o prenome e sobrenome, com o nome do senhor ou senhora (fosse antigo ou atual) e 1 teve o prenome e sobrenome, filiação, e nome do antigo senhor assentados.

Acerca da realização dos rituais de casamento, a maioria (15) ocorreu na Matriz do Seridó e região próxima, demonstrando a precedência da sede da freguesia como *locus* mais antigo da territorialização colonial; e 05 ocorreram na região da Capela do Acari, que, nos anos de 1830, viria a se desmembrar da Freguesia do Seridó, como nova paróquia, com grande influência na Ribeira do Acauã (Medeiros, 2020).

Das 20 uniões sacramentadas pela Igreja Católica, consegui detectar, a partir do cruzamento de dados, famílias parentais em 08 trajetórias. No processo geracional, levando-se em conta apenas uma geração (a dos filhos de casais envolvendo pessoas cabras), não foi possível constatar que a qualidade de “cabra” foi repassada para os filhos, ao menos, nos documentos ligados ao seu batizado.

Por outro lado, percebeu-se a presença de filhos sem a identificação de qualidade ou designativos com variações diversas, como descrevo a seguir. Em um casal com pai pardo e



mãe cabra, escravos, houve filhos pardos. Em um casal com pai forro (sem qualidade) e mãe cabra, escrava, identificou-se filhos sem qualidade definida pelo sacerdote no momento do batizado. Em casais com pai “africano” (Gentio de Angola ou de Guiné), com mãe cabra, escravos, percebeu-se filhos pretos ou com a abreviatura N.C. Em um casal onde pai e mãe eram cabras, escravos, houve um filho sem qualidade e outro com a mesma abreviatura N.C. Nos dois casais em que o pai era crioulo e a mãe era cabra, ambos escravos, houve filhos qualificados como N.C. e outros como P.C. na averbação dos registros. E, finalmente, no caso em que o pai era índio e a mãe, cabra, liberta, os filhos tiveram a qualidade P aposta ao registro.

Considerando esse recorte específico dos descendentes das 8 trajetórias envolvendo pessoas cabras, e se for levado em conta que a abreviatura N.C. possa significar “negro cativo” ou ainda “negro crioulo”, pode-se supor, concordando, aqui, com o raciocínio traçado por Márcia Amantino (2016), que, a qualidade de “cabra”, do pai ou mãe desses filhos, remetesse majoritariamente, no período estudado, à ancestralidade preta e/ou oriunda da África, ou, quiçá, à tonalidade mais escura da pele. Claro que se trata, aqui, de resultados preliminares, os quais poderão ser confirmados, ou não, com o avançar da investigação, momento em que se pretende fazer o cruzamento desses dados oriundos das fontes paroquiais com os de documentos de natureza judicial.

Referências

AMANTINO, Marcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel E. Fernandez; GARCÍA, Rafael M. Perez. (Org.). **De que estamos falando?** Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v. 1, p. 83-97.

ARAÚJO, Maiara Silva. **Tropas pagas e ordenanças:** perfil social dos militares da capitania do Rio Grande (séculos XVII-XIX). 2019. 235f. Dissertação (Mestrado em História) - CCHLA, UFRN, Natal, 2019.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago. **Cativos do Sertão:** um estudo da escravidão no Seridó, Rio Grande do Norte. 2000. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2000.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **O Cabra do Cariri Cearense:** a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015.

FURET, François. A História quantitativa e a construção do fato histórico. In.: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). **Teoria da História.** Editora Cultrix, 1976. p. 73-91.



GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-80.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-91.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 309f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRN, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do RN**. 2013. Tese em História – UFPE, Recife, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. 1998. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)**. 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890. Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza**. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838)**. 2020. 289f. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA, UFRN, Natal, 2020.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX)**. 2022. 279f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – CERES, UFRN, Caicó, 2022.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó: ed. do autor, 2005.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. Tese de doutorado apresentada na Unicamp, 2003.



SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos**: indivíduos não-brancos nos Sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, Séculos XVIII-XIX). 2022. 194f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) - CERES, Caicó, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes. Território da divergência (e da confusão). In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

ANÁLISE GEOGRÁFICA MULTIDIMENSIONAL DAS ADVERSIDADES DO SERTÃO NORDESTINO NA OBRA “VIDAS SECAS” – GRACILIANO RAMOS

Autor: Gean Dias Alves
Graduando em Geografia – UFCG/CFP
geandias66@gmail.com
Coautora: Elionágela Cássia Santos Souza
Graduanda em Geografia – UFCG/CFP
elionagela15cassia@gmail.com
Coautor: Rafael Mafra de Oliveira
Graduando em Geografia – UFCG/CFP
rafaelmafrarmo@gmail.com

RESUMO: Este presente artigo apresenta uma análise geográfica e bibliográfica do clássico da literatura brasileira, a obra "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, tendo como principal objetivo explorar as múltiplas categorias da geografia para compreender as adversidades vivenciadas pelos personagens no contexto do sertão nordestino, durante as três primeiras décadas do século XX, além de refletir sobre o processo de mobilidade espacial enfrentados pelos sujeitos na época. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, investigamos como as categorias de análise geográficas - espaço, lugar, paisagem, território e região - se manifestam na obra através das experiências retratadas na narrativa, evidenciando a vastidão e a aridez do sertão como espaço de vivência, as condições subumanas, as lutas territoriais e as características singulares da região.

Palavras-chave: Sertão; Categorias de Análise; Retirantes; Mobilidade Espacial.

Introdução

A obra “Vidas Secas”, principal produção literária do renomado escritor brasileiro Graciliano Ramos, romance escrito entre 1937 e 1938 e publicado originalmente em 1938, transcende os limites da literatura por proporcionar uma profunda imersão nas realidades do